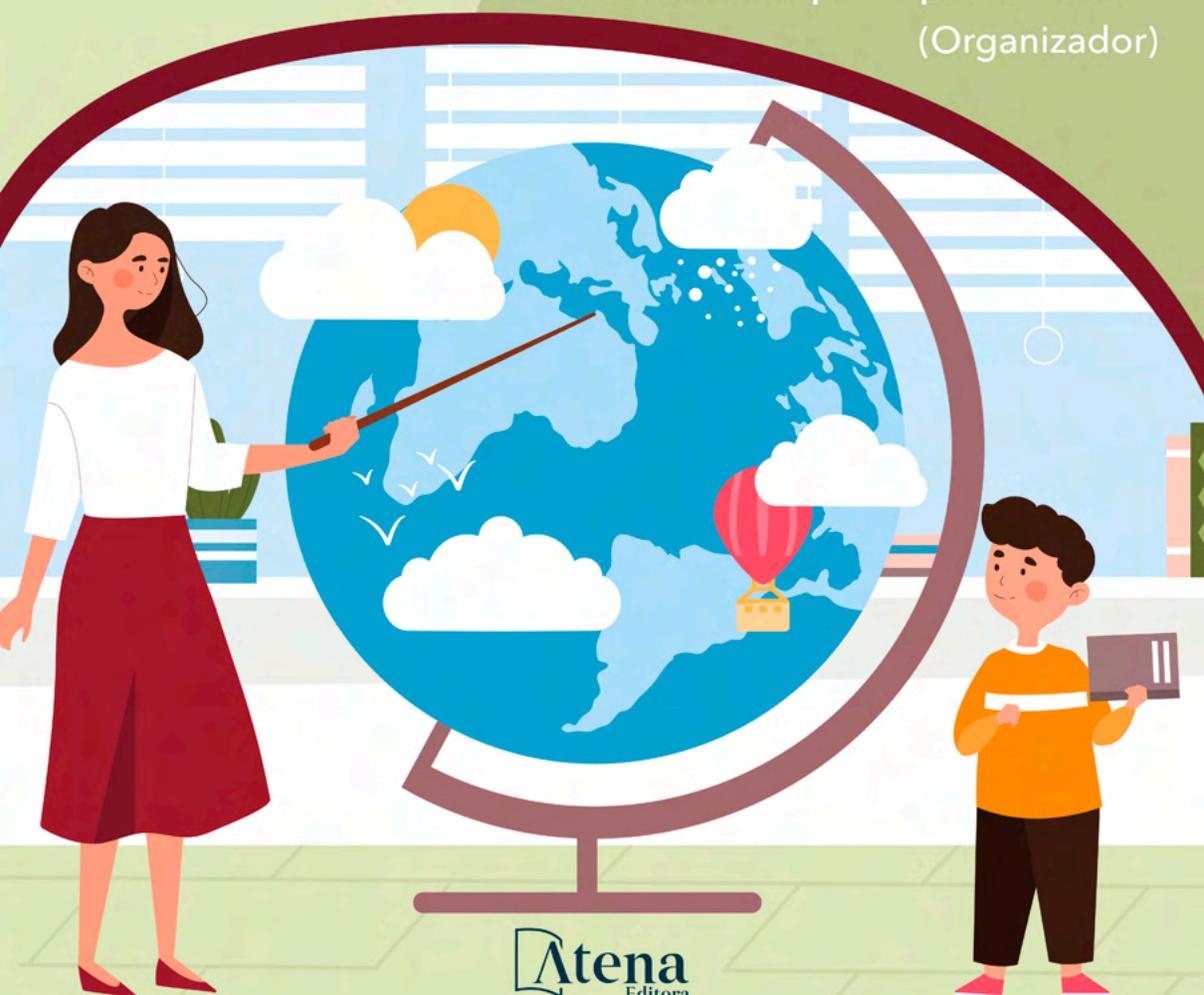


# GEOGRAFIA E ENSINO:

Dimensões teóricas e práticas 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)



# GEOGRAFIA E ENSINO:

## Dimensões teóricas e práticas 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
(Organizador)



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas 2 /  
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. –  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0278-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.787220106>

1. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo  
Henrique Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “**Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas - 2**” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de dezenove capítulos de professores/as e pesquisadores/as oriundos/as de diferentes instituições brasileiras.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação inicial e continuada de professores. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater a Geografia e suas múltiplas dimensões teóricas e práticas.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes ao Ensino de Geografia, Metodologias e Currículo de Geografia, Educação Ambiental, Metodologias ativas e inclusão, Geotecnologias e ensino, Desenvolvimento econômico e social, Geografia da Saúde, Comércio ilegal na fronteira, Enchentes em áreas urbanas, Urbanização do Cerrado, Geoturismo e Mineração e seus impactos. Tais temas são essenciais para construção para uma Geografia que fomente à cidadania e transformação social e territorial.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da ciência geográfica para derrubar barreiras e muros e construir pontes com o zelo e compromisso social com um presente-futuro para todas, todos e todes aqui e acolá.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

DELGADO DE CARVALHO E THEREZINHA DE CASTRO: DA NECESSIDADE DA GEOPOLÍTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA (VERSÃO AMPLIADA)

André Luiz de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201061>

### **CAPÍTULO 2..... 17**

O ESPAÇO VIVIDO E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DAS HABILIDADES PRESENTES NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR- BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Fábio Ferreira de Lima

Maria Ediney Ferreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201062>

### **CAPÍTULO 3..... 33**

A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO

Cynthia Ellen Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201063>

### **CAPÍTULO 4..... 39**

O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS NO ENSINO DE LIBRAS

Tales Douglas Moreira Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201064>

### **CAPÍTULO 5..... 52**

BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO

Cynthia Ellen Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201065>

### **CAPÍTULO 6..... 59**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GEOTECNOLOGIAS APLICADAS NO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO DO AMAZONAS

Marilene Alves da Silva

Letícia Alves da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201066>

### **CAPÍTULO 7..... 69**

DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO

Fernando Ribeiro Camaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201067>

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
A INFLUÊNCIA DA GRIPE ESPANHOLA E COVID-19 NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO RECIFENSE	
Marina Loureiro Medeiros Jessé Santos de Souza Junior Maria Vitória Andrade	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201068">https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201068</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>96</b>
FATORES GEOGRÁFICOS INTERVENIENTES NA OCORRÊNCIA DA GASTROENTERITE NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, PR	
Alessandro Gonçalves Felipe Oliveira Zahaidak Carlos Alexandre de Paula Almeida	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201069">https://doi.org/10.22533/at.ed.7872201069</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>109</b>
O COMÉRCIO ILEGAL DE CIGARROS NO SEGMENTO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI SITUADO ENTRE OS DEPARTAMENTOS DE ALTO PARANÁ E CANINDEYÚ COM O OESTE DO PARANÁ: UMA ATIVIDADE ORGANIZADA EM REDES?	
Alan D. Schons Maristela Ferrari	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010610">https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010610</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>126</b>
O TRANSBORDAR DO CÓRREGO SEGREDO EM CAMPO GRANDE – MS: A PERCEPÇÃO DO PROBLEMA QUANDO SUAS ÁGUAS SE UNEM À CHUVA E CAUSAM ENCHENTES	
Rejane Alves Félix	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010611">https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010611</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>145</b>
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA (PR): UMA ANÁLISE DOS POTENCIAIS GEOTURÍSTICOS	
Euzemar Florentino Junior Gilnei Machado	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010612">https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010612</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>154</b>
REBATIMENTOS SOCIOESPACIAIS DA URBANIZAÇÃO DOS CERRADOS: BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM FOCO	
Elton Andrade dos Santos Agripino Souza Coelho Neto	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010613">https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010613</a>	

**CAPÍTULO 14..... 167**

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA FARINHA DE MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA UMA FERRAMENTA CAMPONESA - ANÁLISE E REFLEXÃO

Andreia silva de Alcantara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010614>

**CAPÍTULO 15..... 178**

ESTIMATIVA DO USO DE NPK NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AGUAPEÍ E PEIXE- OESTE PAULISTA

Renata Pereira Prates

Bianca Carreira

Edmiler José Silva Degrande

Paulo Cesar Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010615>

**CAPÍTULO 16..... 190**

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA PREVISÃO DE DESLIZAMENTOS DE TERRA

Caio Saito Leopoldo e Silva

Oswaldo R. T. Hu

Sergio V. D. Pamboukian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010616>

**CAPÍTULO 17..... 200**

CULTURA E RURALIDADE ARAGUAIA-TOCANTINA – ELEMENTOS PARA SE PENSAR A POSSE DA TERRA

Angel Marques Amador

Ronildo Guilherme Sales

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010617>

**CAPÍTULO 18..... 214**

MEGAMINERAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS A PARTIR DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Bruna França Oliveira

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010618>

**CAPÍTULO 19..... 234**

GÉNESIS Y EVOLUCIÓN TECTÓNICA DE LA CUENCA DE SALINAS GRANDES (PUNA SEPTENTRIONAL, ARGENTINA): INFERENCIAS A PARTIR DE LA ARQUITECTURA SÍSMICA, GEOLOGÍA Y GEOMORFOLOGÍA

María del Carmen Visich

David Afranllie

Josefina Ramírez Visich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78722010619>

<b>SOBRE O ORGANIZADOR .....</b>	<b>248</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>249</b>

## CULTURA E RURALIDADE ARAGUAIA-TOCANTINA – ELEMENTOS PARA SE PENSAR A POSSE DA TERRA

*Data de aceite: 02/05/2022*

### **Angel Marques Amador**

Doutorando em Geografia pelo Programa de pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará

### **Ronildo Guilherme Sales**

Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade do Sul e Sudeste do Pará /UNIFESSPA

**RESUMO:** O sudeste do Pará é estudado com frequência a partir da ideia de “fronteira” sobre a égide da imigração. No entanto, essas análises são lacunares quando, a partir de certos aspectos, negligenciam categorias sociais históricas, bem como suas práticas e saberes. O mesmo ocorre com a descrição feita para algumas ações de Estado no território. Pretende-se então trazer elementos históricos-sociológicos para desmistificar alguns aspectos que parecem equivocados nas construções teóricas sobre a região, com enfoque nas políticas de integração pós 1970, fazer apontamentos sobre as influências destas na cultura camponesa, mais especificamente a agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura, Ruralidade, Fronteira e Agricultura Familiar.

**ABSTRACT:** The southeast Pará is studied frequently from the idea of “border” under the

aegis of immigration. However, these analyzes are lacunar when, from certain aspects, historical neglect social categories as well as their practices and knowledge. The same applies to the description given for some state actions in the territory. It then aims to bring historical-sociological elements to clarify some aspects that seem wrong in theoretical constructs about the region, focusing on post integration policies in 1970, making notes on the influences of these in peasant culture, specifically the family farm.

**KEYWORDS:** Culture, Rurality, Border e Family Agriculture.

O sudeste paraense apresenta aspectos territoriais muitos específicos em relação as demais regiões do Brasil. Com uma extensão de 54.469,20 km<sup>2</sup>, a região possui uma relativa diversidade populacional<sup>1</sup> em termos políticos, econômicos, culturais e sociais. Essa diversidade tece uma trama territorial bastante complexa no que tange as relações sociais no campo e na cidade. O Estado tem um papel fundamental nos desfechos deste intrincado conjunto das relações. No entanto, na busca de uma igualdade pelo viés da cidadania, o Estado-nação articula essas interações através de pressupostos ideológicos que toma a constituição dos sujeitos a partir de uma homogeneidade social, desprezando o fato desses atores pertencerem a grupos potencialmente antagônicos (ROGATA

<sup>1</sup> De acordo com dados do IBGE (2010), a população total do território é de 634.707 habitantes, dos quais 179.680 vivem na área rural, o que corresponde a 28,31% do total. Possui 14.647 agricultores familiares, 26.146 famílias assentadas e 5 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,69.

& PEREIRA, 2014 p.12).

O estudo que se propõe é o de se fazer alguns apontamentos no sentido de afirmar que a integração como algo já consolidado. O caminho escolhido então é o de tentar responder quais impactos as políticas de integração implementadas nos anos 1970 provocaram na Amazônia de modo a transformar a cultura do homem araguaia-tocantins? Dito de outro modo, de que modo as políticas de integração moldaram a ruralidade do sudeste do Pará em termos de cultura? E quais são os possíveis sinais que indicam a superação da condição de fronteira. O trabalho será realizado através de revisão bibliográfica por abordagem histórica-dialética a partir da noção de cultura de Terry Eagleton. Discutir-se-á aspectos teóricos e conceituais que definem a política da posse da terra por pequenos agricultores no território araguaia-tocantins.

Postula-se, entre outras coisas, que a pequena agricultura rural familiar regional é forma de resistência ao modelo capitalista de produção. Embora se compreenda, contraditoriamente, que a condição social das famílias seja de exclusão, uma vez que suas atividades não possuam circuito econômico consolidado que lhes permita total autonomia política e econômica.

A agricultura familiar, corresponde em uma atividade em que a família, é proprietária dos meios de produção e concomitantemente executa o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY,1996). A articulação propriedade e trabalho adquire, grande variedade de formas sociais, a diversidade é uma delas, visto que a propriedade familiar rural compõe uma organização social ajustada às práticas agrícolas. Tal estrutura social é fortemente integrada à natureza e tem por base o trabalho intenso, contínuo e habilidades específicas, fatores que devem ser atrelados a um arranjo que articule eficientemente todas essas variáveis, tal organização é facilitada pelo fato da força de trabalho se integrar por laços de parentesco.

A terra constitui-se enquanto espaço físico ou geográfico onde vive uma categoria social, território por sua vez, compreende os entes concretos e abstratos que emergem das relações sociais de dado grupo, o que inclui bens materiais e culturais a partir das relações de existência, como diria Mastop-Lima & Beltrão (2015, p. 76) “*O território é o patrimônio em que a terra é um dos elementos*”. O sudeste do Pará é formado por uma complexa estrutura agrária, que apesar de ter sido isenta da *plantation* de cana-de-açúcar (*Saccharum L*) da colonização portuguesa, originou-se da interação como os autóctones, a expansão da vida cabocla ao longo das margens dos rios, cuja base produtiva ocorrerá em vários ciclos concomitantes ou isolados como o extrativismo vegetal do caucho (*Castilloa elastica*) em 1896, da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) em 1920 e do diamante no Vale do Tocantins no período de 1930. Passando por um ciclo de exploração de madeira, pouco mencionado nos estudos regionais, mas que possui relativa importância para a integração territorial, afinal boa parte do acesso à terra foi possibilitada pelos “arrastões” das empresas de comercialização de madeira.

A região sudeste do Pará durante muito tempo foi considerada uma região de “fronteira”<sup>2</sup> na expansão da Amazônia, sofrendo intervenções estatais de ordem desenvolvimentistas que a dilapidaram em termos socioambientais e culturais. Todavia, o próprio discurso em torno da região contribui significativamente para que ela seja vista como objeto de colonização, território assujeitado. *Fronteira* é um termo com vários significados segundo o dicionário (AULETE, 2011), podendo representar desde “linha divisória entre territórios e países”, como “separação entre os vários grupos sociais”. A mesma obra referencia [agrícola] (grifo do autor) para explicar “Limite da área territorial explorada com agricultura” e também [linguística] procurando esclarecer “Limite territorial entre dois sistemas linguísticos e por fim [viva] *Hist.* Termo que designa fronteira ainda em formação (portanto sujeito a mudanças) – em função de conflitos territoriais ainda em evolução, fixação de populações e culturas etc. O conceito é bastante amplo e significativo para o que se está tratando, pois alude, com relativa eficiência, os diversos processos que ocorreram ao longo do tempo histórico, os quais deixaram marcas profundas.

Muitas análises realizadas no sudeste do Pará prendem sua atenção em basicamente duas questões: a imigração e os “grandes projetos”. Mas embora seja importante este foco, em muitos casos ele promove mais uma legitimação que a capacidade de adoção de estratégias para a busca de uma autonomia regional, pois alude equivocadamente ao Tocantins-Araguaia o status de “terra de ninguém”, onde cada um que chega tem o direito de “colonizar” e depois partir. Embora haja uma crítica a visão governamental que sempre tratou a Amazônia como “vazio” demográfico, isso nunca foi tão verdadeiro como é para o araguaia-tocantins, na política, na cultura e nas instituições científicas. Esse “vazio” de repente conota um vazio de mão-de-obra de viés capitalista o qual deveria ser preenchido por braços proletários. Mas se há muitas terras disponíveis, isso permite tanto o uso coletivo quanto práticas de existências individuais autônomas.

O homem araguaia-tocantins forjou sua existência na relação terra-rios nas correntes fluviais dos rios Araguaia e Tocantins e, ao mesmo tempo através das ondas migratórias as quais muitos julgam ser o verdadeiro vetor do *persona* regional.

## **A SÓCIO-HISTÓRIA DA FRONTEIRA, A FORMAÇÃO DA DINÂMICA TERRITORIAL E SUAS IMPLICAÇÕES CULTURAIS**

A ocupação do território regado pelos Tocantins e Araguaia foi colonizada por duas correntes de expansão, uma do sul e sudeste para o norte e outra do norte para o sul. A primeira, iniciada com os bandeirantes da Piratininga, partido de São Paulo vinha pelos sertões adentro a procura do ouro e das minas; a segunda, dos colonos portugueses do Grão-Pará, rios Tocantins e Araguaia acima, iam á captura de índios. (SALLES *apud* MOURA 1989, p. 7). A ocupação regional marcada pela exploração de bens naturais e por forte estratégia de assimilação cultural das comunidades nativas (SALLES,1989). Emmi

<sup>2</sup> Entendida aqui como região que não está totalmente integrada a dinâmica nacional.

(1988) informa que antes da criação do chamado Burgo do Itacayuna, o território não fora explorado por colonizadores e descendentes em razão de barreiras naturais como as cachoeiras do rio Tocantins, que dificultavam o trânsito de Belém até a região Tocantins-Araguaia.

O município de São João do Araguaia foi fundado a partir da colônia militar instituída em 1850 pelo governo provincial do Pará para impedir os extravios de ouro e a fuga de escravos de Cameté para Goiás e assegurar o trânsito no meio das terras indígenas. Nessa época surgiram povoados como Cameté (1635), Baião (1694), Mocajuba (1853) e Alcobaça (1792), este último o atual município de Tucuruí. A história do Araguaia-Tocantins é marcada por conflitos entre os atores sociais que articulam diversas estratégias para a defesa dos interesses construindo história de resistência e protagonismo, inclusive de mocambos, como da líder negra Felipa Maria Aranha, tão poderosa que os portugueses precisaram aliar-se a ela em lugar de combatê-la e cujos descendentes tornaram-se guias dos viajantes que desciam o Tocantins (BASTIDE, 1971 *apud* MOURA, 2004, p. 208).

O Estado brasileiro utiliza tudo que dispõe para a consecução dos objetivos – meios militares (fortins, como São João do Araguaia), religião (missões para pacificação dos índios), incentivo ao povoamento regional (Burgos), fomento à exploração econômica, extrativista e agropecuária. Os protagonistas são os mocambos, povos indígenas, ribeirinhos, imigrantes pobres, o Estado e a elite pecuarista que se instalaram a partir de Goiás. Os eventos históricos sugerem que foram realizados esforços para a dominação e controle dos autóctones, essas ações buscam modificar o meio ambiente que é visto como barreira ao desenvolvimento econômico. A política agrária brasileira foi delegada da União para os Estados-membros e desses para os chefes políticos locais, as ações governamentais focam grupos economicamente consolidados que se utilizam dessa prerrogativa para impor o “desenvolvimento” em nome do Estado, que, obviamente não abre mão de esquemas ideológicos e culturais para realizar tal intento, como afirma Terry Eagleton

Cultivarmo-nos, contudo, pode não ser apenas algo que fazemos a nós próprios. Pode também ser algo que nos é feito, e não menos pelo Estado. Para que o Estado floresça, tem de inculcar nos seus cidadãos as adequadas espécies de disposição espiritual; e é isso que a ideia de cultura [...] Na sociedade civil, os indivíduos vivem num estado de antagonismo crônico, movidos por interesses opostos; o Estado, porém, é o domínio no qual estas divisões podem ser harmoniosamente conciliadas. Para que isto aconteça, contudo, o Estado terá de já ter começado a trabalhar na sociedade civil, apaziguando o seu rancor e refinando as suas sensibilidades, e este processo é aquilo que conhecemos como cultura. (EAGLETON, 2005 p. 17-18).

O Pará inicia processos de colonização dos quais a repartição “Obras Públicas, Terras e Colonização” não consegue administrar por razões das grandes distancias e por falta de dinheiro, isso leva a rescisão de vários contratos de colonização, deixando os chefes políticos sem condições de criar as infra-estruturas locais para o povoamento. O que fez com que as famílias passassem a explorar novas atividades, abandonando as colônias

e se fixando em locais estratégicos nas margens dos rios iniciando a cidade de Marabá. As necessidades e as oportunidades emergentes dos atores vão induzi-los a reelaborar suas estratégias de reprodução social.

A demografia regional adensa-se no fim do século XIX ganhando novos objetivos, a exploração de látex do caucho (*Hevea benthamiana*) e da seringueira (*Hevea brasiliensis*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) e o desenvolvimento agropecuário. O período áureo da exploração de castanhais na microrregião de Marabá em 1920 ocorreu em áreas públicas denominadas de “serventia pública”, distribuídos em onze municípios, alcançou um total de 169.770 hectares no Pará. As concessões ocorreram de 1920 até 1960, em área de 38.602 hectares e foi paulatinamente sendo apropriada por grupos oligárquicos de forma violenta porque os expropriados não reconheciam como legítima a posse dos “novos donos”. O crescimento das cidades e a expansão agropecuária culminaram com o desaparecimento de castanhais como os do Landy, Genipapo, Geladinho, Alto Bonito, entre vários outros (EMMI, 1987 p.66). É introduzida organização social hierarquizada que com o decorrer do tempo inicia a simplificação dos ecossistemas pela implantação de matriz produtiva com base no desflorestamento pondo o extrativismo em declínio.

A frente de expansão proveniente de Belém contava com “incentivos governamentais” e focava mais o extrativismo, enquanto que a frente Goiás-Maranhão, coadunava grandes criadores de gado e pequenos agricultores despossuídos que para cá vinham em busca de terras.

Na noite de 4 de março de 1896 a bordo da lancha *Alcobaça* acompanhado de alguns amigos e auxiliares, saí do porto de Belém (Pará) com fim de inspecionar o Burgo do Itacaiúna, onde com os favores do Estado o célebre coronel Carlos Leitão, em Colônia Agrícola, recolheu os seus infelizes comparsas de infortúnio, foragidos da guerra civil da Boa Vista (Goiás) (MOURA, 1989 P. 27).

Em nível de territorialização pode-se apontar que a região do Tocantins-Araguaia nunca foi efetivamente deixada de lado seja pelos poderes coloniais monárquicos ou pelas remanescentes oligarquias dos republicanos conservadores. Durante muito tempo, em função da imensa dimensão territorial do Pará, escapa tanto de ações políticas abrangentes, as quais ocorrem muito no sentido de vigilância do território onde a economia é entregue a iniciativa privada dos “coronéis”, quanto das ações revolucionárias, se realizando mais como espaço de fuga das transformações culturais ocidentalizantes para as populações desfavorecidas, as quais vão ocupar região a partir de suas próprias necessidades. Como afirma o historiador regional Aldair Carneiro

A prioridade da ocupação e desbravamento do médio Tocantins foi de goianos e maranhense, que dotados de proezas conseguiram vencer as dificuldades oferecidas pela natureza e aprenderam a lidar com os povos indígenas criando Burgo do Itacaiúna os povoados do Lago vermelho e Boca do Tauari além de terem avançado nas matas em expedições e fazerem de um lugar inóspito um outro propício para a habitação. Muitas vezes uma

corrente migratória não planejada de maranhenses assumiu o papel pioneiro no desbravamento da Amazônia (CARNEIRO, 2009 p. 22,23).

Nesse sentido a economia e a cultura regional surge com traços marcantes das regiões Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, onde a agricultura surge praticamente de subsistência e a pecuária, ostensiva, sem investimentos de grande capital – a natureza é a grande dádiva. Tal dádiva não está totalmente cerceada pela regulação governamental e permite as populações manter relativa autonomia em muitos aspectos, mesmo que em rudes moradias e quase sem nenhuma infra-estrutura conseguem desbravar o território, ou como diria Eagleton (2005, p. 13) “*a natureza produz cultura que altera a natureza*”. Tal lógica de uso da terra, segundo NAVEGANTES-ALVES (2011) apud MASTOP-LIMA (2015 p.66) é traço marcante em regiões de fronteira agrícola, onde se planta culturas de subsistência para se efetivar a posse da terra; forma-se pastagens na estratégia de “amansar” a terra.

As populações desbravadoras menos favorecidas, tendem a desenvolver modos de vida simples, mas autônomo, tendo a natureza quase que unicamente como único suporte de sobrevivência – aqui surge a questão das formas de apropriação e uso do solo na composição da ruralidade. Mas se há duas frentes de expansão, pressupõe-se pelo menos dois modelos agindo sobre o mesmo território, pelo que é necessário conceber o território do Araguaia-Tocantins enquanto espaço onde culturas e linguagens são produtos sócio-históricos determinados por relações sociais complexas que cabem intervenções políticas e econômicas planejadas oficialmente e também a migração espontânea (ALVES, 2011).

O contexto regional descrito permitirá o desenvolvimento de categorias do campo como agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, mariscadores, garimpeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, oleiros, peões, etc, os quais terão uma dinâmica de intenso movimento sobre o território, produzindo substanciais experiências de vida, fato que se contrapõe a um projeto de proletarização em sentido mais estrito. Embora muitas vezes acessem o mercado de trabalho formal, não se eximem de explorar outras alternativas de provimento das suas necessidades e assim produzirem sua existência. Ao praticar uma cultura de andanças onde se reelaboram constantemente as suas práticas sociais, tais categorias são considerados rebeldes e transgressores da “ordem”, ordem que os excluem por exigir das categorias um comportamento de submissão compatível com a produção de mais-valia, nesse sentido, Alice Margarida Negreiro Alves afirma

Esse contexto de fronteira de estranhamento, conflitos e embates pela existência, mas também de acordos e rearranjos, de combinações pela territorialização, revela a existência dos diversos, dos diferentes, traduzindo-se como espaço da pluralidade, diversidade cultural, de relações tensas que marcaram construções culturais em permanente movimento. Isso reafirma a cultura como constructo sócio-espacial-histórico (dado povo, dado lugar, em um dado tempo). Cultura não é algo pronto e acabado, ela está em permanente construção (ALVES, 2011, p. 110, 111).

O constructo cultural regional para a categoria agricultura familiar no que concerne a associação camponesa entre família, produção e trabalho envolve uma lógica para além da subsistência, pois conecta-se à perspectiva de os custos com recursos materiais e trabalho aplicados na propriedade pela geração atual, alcance as próximas gerações, possibilitando a elas condições de sobrevivência. A forma de organização deve permitir a realização constante de mudanças para que se possa adaptar as transformações do mundo moderno. O agricultor rural familiar, portanto, vive em constante exercício, para conciliar a dinâmica da natureza, as exigências burocráticas de Estado, as mudanças de caráter econômico às capacidades de trabalho e produção da propriedade. Esse contexto aponta para uma situação na qual o desenvolvimento das forças produtivas se encontra bastante desenvolvidas, o que exigem das categorias sociais do campo um nível cultural dinâmico. Assim pela sua grande diversidade, a agricultura familiar tangencia-se para uma multiplicidade de formas, no estágio atual, pode partir das práticas produtivas artesanais, refinar suas ações e alcançar níveis técnicos bastante sofisticados.

Assim a assimilação do trabalho regional pelo capitalismo, exige um modelo de latifúndio, onde o acesso à terra se torne restrito. Deste modo também exige-se uma nova *cultura*, palavra utilizada para descrever as mais elevadas atividades humanas categoria de análise bastante escorregadia, visto que às vezes significa antônimo de *natureza*, e em outras é vista como seu derivado e significa etimologicamente *lavoura ou ocupação e crescimento natural* e que significou, em certas ocasiões a própria transição da humanidade de uma existência rural para uma existência urbana (EAGLETON, 2005). O território configurou-se com propriedades rurais de grande, médio e pequeno portes.

A necessidade de repensar a visão sobre o tocantins-araguaia que virou “carajás”, como um processo eminentemente material, não por causa dos espíritos acolhedores dos índios de mesmo nome – visto apenas como “guias” para os campos naturais dos pecuaristas pioneiros, de uma maneira tautológica. Mas em função do PGC – Programa Grande Carajás, que tem levado não apenas a riqueza regional, mas a própria identidade mestiça, apinayé, karajás, kayapó, surui, parakanã. De forma igual despreza a contribuição do posseiro, do peão, do garimpeiro ao ser tratados como subcategorias inexpressivas.

## **CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL – PARA NÃO SE FALAR MAIS EM FRONTEIRA**

O dinamismo é a principal característica do intrincado jogo social, aponta atualmente para uma realidade com relações bastante diferentes das narrativas regionais discutidas na primeira parte. As migrações ocorridas no final do século XX1 introduziu novos sujeitos socioeconômicos, originários do Centro-Sul do Brasil, que acirraram as contradições entre os distintos grupos e interesses que se encontraram na região (DA SILVA, 2010 p. 2).

A primeira evidência para não se falar em fronteira é a constatação que a Amazônia

nunca foi um “vazio” demográfico, tampouco o Araguaia-Tocantins. Desde tempos remotos existiram povos que habitaram a região. No período colonial os bandeirantes exploravam estas áreas seja por veredas ou rios. Nesse sentido, os rios Tocantins, Araguaia e Itacaúnas tiveram excepcional importância para que ocorresse uma relativa integração, pois foi através deles que a Coroa Portuguesa estabeleceu fortins de vigilância territorial.

A partir da dimensão econômica o território araguaia-tocantins sempre desenvolveu atividades ligadas a produção de produtos primários, mas diversificados, assim como o resto do Brasil. Desta feita, não há que se falar em desintegração econômica, a menos que se queira negar a importância das atividades produtivas locais em razão da sua diferença, assim descrita por Luiza Mastop e Jane Felipe Beltrão.

A busca do restabelecimento de um sistema produtivo diversificado, da territorialidade e da correspondente identidade, fazem-nos refletir sobre como o grupo neste processo de construção se coloca em situação de etnicidade para lutar pelo reconhecimento e valorização da diferença frente a políticas públicas universalizantes, na diversidade sociocultural no Território Sudeste Paraense. (MASTOP-LIMA & BELTRÃO, 2015 p. 64)

Do ponto de vista político, desde o período pré-colonial, existiam demandas sobre o território. A partir de 1960 o governo militar empreende poderosa malha tecnopolítica na região através da implantação de grandes projetos, pelo que foram construídas a Estrada de Ferro Carajás – EFC (com 892 km de extensão), que liga o município de Parauapebas ao Porto de Itaquí em São Luís do Maranhão. Além disso construiu-se a Rodovia Transamazônica – BR 230, com 4.223 km de comprimento, ligando a cidade de Cabelado, na Paraíba à Lábrea, no Amazonas. E atualmente o Estado, entidade a qual é improvável que os membros da sociedade cada vez mais privatista e desregulada dirijam suas queixas e exigências (BAUMAN, 2005).

Os projetos empreendidos resultaram em sérios prejuízos para as comunidades locais, as reservas indígenas, por exemplo, povos como os *gaviões kyikatêjê* e os *parakanã* sofreram um insulamento que os separaram suas áreas do rio Tocantins. Além disso as respectivas reservas indígenas são cortadas por rodovias federais, a Terra Indígena Mãe Maria (com nome cristão que conota assimilação cultural) padece com linhas de transmissão de eletricidade e com o traçado da Estrada de Ferro Carajás. Nesse sentido a relação entre a terra e o rio é claramente modificada, onde ambos são colocados a serviços de outro interesse e modos de vida, através da exclusão dos povos autóctones milenares. A afirmação de Idelma Santiago da Silva corrobora com este estudo, pelo que afirma

Os sujeitos envolvidos nas diferentes frentes de ocupação adotaram estratégias concorrentes de (re)fundação do território. Um primeiro momento foi quando os “pioneiros” construíram os indígenas como o *Outro*, mas não na perspectiva do reconhecimento sociopolítico e cultural, e sim na tentativa de “eliminá-los”, “apagá-los”, enfim, destituí-los de suas territorialidades (DA SILVA, 2009 p. 2).

As estratégias de exclusão empreendidas contra as populações autóctones através de um tipo precário de proteção, assinala a clara intenção de se apossar da terra e do rio, entes até então de uso coletivo, passam para o domínio privado de caráter capitalista.

Os aspectos culturais talvez tenha sido os que mais sofreram transformações, dada a grande variedade de línguas regionais existentes e modos de vida peculiares e o confronto entre as múltiplas formas de organizações sociais e políticas existentes como o padrão universalizante do Estado ocidental. De acordo com Loureiro (2002, p.114) Os planos, projetos e políticas públicas do governo federal sustentam preconceitos quanto à cultura do homem da região de forma que *“índios e caboclos viveriam em terras excessivamente vastas e as ocupariam em atividades pouco rentáveis para o Estado e de forma incompatível com a economia e a sociedade modernas”*. A autora ainda assinala o fato de *índios*, quilombolas e caboclos figurarem nos planos governamentais como portadores de portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal, no caso, inferior (*Ibdem*, *Ibdem*). Assim empreendem ideologias e sistemas produtivos que visam a padronização do ser humano no sentido de produzir massas administráveis.

Mas a compreensão que se utiliza para não se falar mais em fronteira é a ideia de que o Tocantins-Araguaia já está integrado a economia global, de forma que também exerce forte influências políticas no âmbito regional e nacional. A assimilação do processo de integração da economia local ao nacional aos moldes do capital enquanto elemento unicamente essencial, – um terceiro modelo econômico – que isso muda substancialmente a interação homem-natureza no território, promovendo o desenvolvimento e o progresso (AMADOR, 2017).

As consequências de tal compreensão deixam de lado a dizimação ecológica, a miséria de contingentes populacionais, elementos bastante significativos. Nesse contexto a cultura ou a ideia de Estado são utilizados como uma espécie de utopia prematura que abole a luta a um nível imaginário para que ela não venha ocorrer na dimensão política (EAGLETON, 2009 p. 18).

A agricultura familiar no Brasil possui 4.367.902 propriedades, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros em detrimento dos os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada. Nesse sentido o aspecto marcante é a concentração fundiária (BRASIL, 2009).

A sociedade local, composta fundamentalmente através de processos de imigração mantém com a sociedade nacional relações de oposição, históricas e estruturalmente demonstráveis assim *“a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”* (CHARTIER, 1991, p.183). Não se trata simplesmente de

relações entre entidades, contrárias, simplesmente diferentes ou exóticas, uma em relação a outras; mas contraditórias em que a existência de uma nega a outra. As sociedades em oposição, possuem dinâmicas específicas e suas próprias contradições, estando dialeticamente unificadas através de interesses diametralmente opostos (Cardoso de Oliveira, 1972, p. 30).

Apesar do fato da cadeia produtiva do Araguaia-Tocantins ser facilmente constatada como altamente diversa, os pesquisadores aludem uma ruralidade com tendências à pecuarização, assim percebe-se

o contexto de pecuarização em que se encontram os agricultores no assentamento, cercados por fazendas de gado de corte é também um fator que influencia a decisão dos agricultores por investirem na pecuária, o que ratifica a tendência da localidade e da região para a especialização nesta atividade (MASTOP-LIMA & BELTRÃO, 2015 p. 81)

A pecuarização entretanto, não ocorre de maneira tão atomizada, mas engendra algumas relações complexas, como a diminuição da mão-de-obra das famílias rurais, a consolidação do mercado do gado *vacun* tanto na esfera local quanto na global com abundância de pastagens já formadas e a falta de infraestruturas de transporte adequadas para produtos perecíveis. Nesse sentido Wanderley (1996, p. 3), alude o conceito de *policultura-pecuária* para explicar as estratégias de vida camponesa, desta feita, “*O sistema tradicional de produção camponês, denominado de **policultura-pecuária** e **considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas** (grifos do autor), foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal*”.

A evolução da cultura produtiva camponesa termina por ser produto de um exercício onde se busca aperfeiçoar a diversidade com a introdução de novas culturas, chegando a um aproveitamento integral da área, o que se articula com um refinamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. O homem rural busca integrar diversas atividades em um sistema que utiliza ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras, que pela diversidade de produtos fornece uma segurança contra as intempéries e as incertezas das colheitas (AMADOR, 2017).

Embora exista um paradigma global que promove a simplificação dos sistemas produtivos do sudeste paraense, se contrapõe a ele modelo o local, onde nos assentamentos rurais, por exemplo, “*os agricultores do PA Belo Horizonte buscavam parcerias nas universidades e em outras instituições de pesquisa e extensão para a retomada da diversificação em seus sistemas produtivos*” (MASTOP-LIMA & BELTRÃO, 2015 p. 67), o que conota o desejo das famílias rurais de permanecerem no campo.

Hébette (2004, p. 58) descreve bem a questão, aponta a mobilidade, o conflito, a plasticidade e a violência como elementos constituintes dessa ruralidade. Entende-a como plástica e em evolução, destaca a grande mobilidade espacial dos produtores, movimentos

contínuos de concentração e desconcentração da terra, com rápido revezamento de propriedades entre as famílias. Agricultores mais abastados tendem a adquirir mais terras. Famílias mais pobres às vezes são obrigadas a abandonar os lotes ou vendê-los a agricultores em melhor condição, a fazendeiros ou a comerciantes. Ocorre também a divisão do lote entre familiares, o que muitas vezes, determina o meio rural – os parentes se ajudam, fundam localidades, algumas famílias concentram prestígio, poder e influência social. O parentesco é fator que viabiliza a permanência na terra, condiciona a dispersão do patrimônio, a mobilidade, etc. Desse modo

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc (WANDERLEY, 1996 p. 4),

Mas apesar da limitação dos pequenos agentes sociais do campo, é perceptível que, mantendo uma organização mínima em federações, sindicatos, associações e cooperativas, esta categoria social tem conseguindo a implementação de políticas públicas favoráveis em alguns aspectos.

A medida que o Estado vai se tornando mais presente – fato que ocorre com a expansão do capital, essas comunidades sofrem drásticas mudanças na cultura que não é dimensionada para aspectos da vida política e social, mais de vieses alienantes. E passam a ter a figura de Estado administrando de forma direta suas ações através da implementação de uma maquinaria de controle burocrático multidimensional. Como afirma Chartier (1991, p.183) *“A construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma”*. A vida passa a ser administrada por elementos externos ao cotidiano agrário. Nesse sentido as exigências para produzir, beneficiar e comercializar são impostas a estas comunidades como uma violência simbólica<sup>3</sup> nos termos que afirma Bourdieu<sup>4</sup>.

Torna-se difícil aos agricultores familiares, aos caboclos, quilombolas e indígenas, desfazer-se das suas cosmovisões locais para aderir a um modelo externo que implica na transformação cultural a qual exige, em muitos casos, a negação de valores tradicionais sólidos. Ocorrendo o assujeitamento, ou seja, a negação de si em favor de uma política e ideologia de Estado que dilui o indivíduo a partir da noção universalizante de cidadão. Neste sentido, estabelece-se o conflito também multidimensional, visto que não inclui apenas as questões econômicas como a posse dos bens naturais, mas a ameaça a um

3 Trata-se de uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8)

modo de vida com valores, costumes e representações sociais muito específicas. Negando o sujeito para afirmar o capital – conflitos em torno da posse da terra e da existência social (AMADOR, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região sudeste paraense ou região do Araguaia-Tocantins possui a região/território com relativa diversidade populacional que ao longo do tempo histórico vivenciou processos complexos de estruturação sociocultural. A terra constitui-se enquanto espaço físico ou geográfico onde vive uma categoria social, território por sua vez, compreende os entes concretos e abstratos que emergem das relações sociais de dado grupo. A agricultura familiar se apresenta como uma das formas da agricultura familiar tradicional, sua marca é a diversidade produtiva baseada na relação entre propriedade e trabalho com rígida ligação com a natureza.

Os estudos sobre o sudeste paraense por muito tempo estão baseados no conceito de *fronteira*, que termina por conotar um “espaço vazio” a ser colonizado. No entanto, as informações levantadas sugerem que esta perspectiva reifica os atores sociais que se estabeleceram desde cedo, para formatar o território em uma lógica que privilegia aspectos socioculturais em detrimento dos econômicos. As políticas de Estado a partir dos anos 1970 aludiram propósitos como “integração”, “progresso” e “desenvolvimento” para implementar políticas de homogeneização cultural e de simplificação das atividades produtivas. Por conseguinte, negar a cultura local e anular a participação política. No âmbito territorial, as políticas de “integração” insularam terras indígenas, privando estes povos do contato com o rio, atribuindo a terra e ao rio, usos de lógica capitalista através das políticas fundiária e energética.

As categorias sociais locais resistem relativamente as ações do Estado e do capital através das emigrações, da luta pela terra, da organização política e das práticas produtivas diversificadas que podem partir das atividades produtivas artesanais, refinar suas ações e alcançar níveis técnicos bastante sofisticados. A cultura e a terra carregam entre si relações antigas, sobre elas surgiram e se desenvolveram vários sujeitos e formas sociais que se adaptam a realidade contemporânea, refazendo constantemente suas identidades e reformulando suas estratégias para reelaborar os modos de vida.

As ações de Estado abolem as lutas políticas, a partir da alusão do “interesse nacional”, rechaça as culturas autóctones, para a partir disso, tentar produzir massas homogêneas administráveis. Mas a sociedade local mantém relações de oposição com a sociedade nacional, no sentido de reiterar sua identidade através de uma resistência onde tais atores procuram adequar as lógicas capitalistas aos seus interesses, o que de certa forma, desmantela o propósito do agente externo e evita uma assimilação sociocultural plena. A agricultura familiar do Araguaia-Tocantins parece se organizar a partir da máxima

integração das atividades desenvolvidas na propriedade, as quais são razoavelmente estáveis em função de se basearem laços de parentesco, estas relações produzem um saber tradicional o qual conota ser um fator primordial para se superar adversidades e ajudar as famílias camponesas a permanecerem na terra.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, A. M. **A feira como espaço de valorização da agricultura familiar**: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá, sudeste do estado do Pará. Marabá, PA: UNIFESSPA. Campus Universitário de Marabá, 2017 (Dissertação de Mestrado).

ALVES, Alice Margarida Negreiros. “**Quando nós chegamo aqui não entendi nada que o povo falava**”: **campesinato de fronteira, estranhamento cultural e identidade na Amazônia paraense**. Revista Confronteiras. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins. Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Mudança Social no Sudeste Paraense – GEPEMSSP – n. 1. 2011. Marabá: FCSAT/UFPA.

AULETE. Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. (Org. Paulo Geiger) Rio de Janeiro, Lexikon, 2011. 1488 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. (Trad.) Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. **Censo Agropecuário. Resultados preliminares**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf) . Acesso em: 15/07/2015.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARNEIRO, Aldair José Dias. **Castanheiros, agricultores e índios: conflitos pelos usos da terra em castanhais do médio Tocantins (1948-1980)**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5), p. 173-191, 1991.

DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG, Goiânia, 2009.

\_\_\_\_\_. **A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará**. Revista Escritas, Vol. 2 (2010) – Territorialidades, Fronteiras e Identidades na Amazônia Legal, Araguaína, 2010.

EAGLETON, T. **A ideia de Cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: 1987.

GRASMCÍ, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

---

**Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2004. 4 v.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe. **Identidade e território: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares (PA Belo Horizonte – Pará – Brasil)**. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 64- 97, jan./jun. 2015.

MOURA, Ignácio Baptista. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989.

ROGATA S. D. & PEREIRA D. B. (org.) **Geografias e ideologias - Submeter e qualificar**. Minas Gerais Editora UFMG, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17 Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1996.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação antrópica 36, 126, 130

Apropriação 24, 26, 27, 120, 178, 183, 186, 187, 188, 189, 205, 215, 218, 219, 220, 233

### B

Baixada Fluminense 69

Barreiras 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 203

Biogeografia 28, 96

BNCC 4, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 23, 24, 29, 30, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 54, 55, 56, 58

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 42, 43, 44, 50, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 83, 86, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 144, 146, 147, 148, 153, 156, 159, 166, 168, 169, 170, 176, 177, 189, 190, 199, 200, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 215, 219, 222, 226, 229, 231, 232, 233, 248

### C

Campesinato 167, 169, 170, 171, 174, 175, 210, 212, 213, 216

Canindeyú 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Categoria geográfica 33, 35

Cerrados 27, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 165, 166

Cigarro 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120

Covid-19 65, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95

Currículo 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

### D

Departamentos Alto Paraná 109, 110, 113, 114

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 7, 8, 13, 14, 17, 18, 23, 26, 27, 29, 30, 34, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 98, 100, 103, 107, 125, 146, 147, 148, 153, 154, 158, 167, 168, 170, 171, 175, 177, 182, 185, 188, 189, 203, 204, 205, 206, 208, 211, 214, 215, 222, 224, 225, 229, 231, 232, 233

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 68, 71, 75, 79, 82, 84, 85, 98, 103, 152, 158, 191, 199, 212, 248

Educação ambiental 17, 18, 19, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 68, 82, 152

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 191, 248

Ensino de geografia 1, 2, 17, 35, 68, 248

Ensino técnico 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67

Epidemiologia 96, 99, 107

## **F**

Fertilizantes 160, 178, 179, 180, 187, 188, 189

Formação de professores 12, 13, 30, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 64, 67

Fronteira Brasil-Paraguai 109, 110, 111, 112, 113, 114, 119, 123

## **G**

Geoconservação 145, 146, 147, 150, 153

Geopolítica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 124

Geoprocessamento 68, 190

Geotecnologias 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 190, 191

Geoturismo 145, 146, 147, 148, 150, 153

Gripe espanhola 87, 88, 90, 91, 93, 95

## **I**

Impactos 13, 15, 25, 27, 28, 49, 52, 53, 57, 85, 87, 88, 90, 106, 127, 143, 164, 165, 179, 182, 188, 192, 201, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 223, 225, 230, 231, 232

Indicação geográfica 167, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177

## **L**

Libras 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50

Lugar 4, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 43, 56, 70, 71, 75, 76, 79, 80, 81, 98, 113, 127, 174, 203, 204, 205, 236, 239, 240, 244

Luís Eduardo Magalhães 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

## **M**

Megamineração 214, 232

Meio ambiente 18, 21, 24, 26, 32, 37, 38, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 65, 67, 103, 107, 126, 131, 144, 179, 182, 188, 191, 199, 203, 215, 225, 229, 230, 232

Metodologias ativas 39, 40, 47, 48, 49, 50, 51

Município 35, 54, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 116, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150,

151, 152, 153, 160, 161, 162, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 203, 207, 212, 214, 220, 226

## **N**

Norte de Minas 214, 220, 222, 228, 229, 231, 232

## **O**

Oeste do Paraná 109, 110, 111, 113, 115

## **P**

Paisagem 14, 33, 35, 36, 37, 55, 56, 65, 132, 141, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 164, 220

Paraná 98, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 128, 145, 148, 149, 153, 159, 173, 174, 180

Pensamento geográfico 33, 34, 38

Pluviosidade 126, 131, 136

Prevenção de desastres naturais 190

## **R**

Recife 87, 88, 89, 91, 93, 95

Recursos hídricos 26, 27, 134, 178, 180, 188, 189

Redes ilegais 109, 113, 116, 120, 122

Reestruturação produtiva 154, 155, 156, 157, 160, 165, 177

Resistência camponesa 167

## **S**

Saneamento ambiental 96, 106

## **T**

TDIC'S 45

Tecnológico 13, 26, 27, 46, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 237

Território 4, 5, 7, 9, 12, 14, 15, 27, 36, 52, 53, 56, 69, 77, 82, 86, 102, 112, 118, 124, 125, 128, 129, 146, 157, 158, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 183, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233, 248

Transformação espacial 87, 89

## **U**

Urbanização 28, 90, 98, 103, 127, 130, 141, 148, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 165, 166

# GEOGRAFIA E ENSINO:

## Dimensões teóricas e práticas 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# GEOGRAFIA E ENSINO:

## Dimensões teóricas e práticas 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

